

contábeis da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram elaboradas no pressuposto de continuidade dos negócios e compreendem: • As demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). • As demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC, e com a normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS). As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC. Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis das nas demonstrações contábeis individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicáveis as demonstrações contábeis separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuído aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

**2.2. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela avaliação de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, que estão mensurados pelo valor justo.

**a) Moeda funcional e apresentação:** As transações e eventos da empresa estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (R\$ reais), utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos líquidos nas demonstrações contábeis consolidadas referentes as controladas diretas e indiretas localizadas no exterior, são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a entidade atua ("a moeda funcional"). A conversão dessas controladas é efetuada conforme o CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média mensal. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes. Na eventual venda de uma controlada no exterior o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido dessa controlada, é reconhecido na demonstração do resultado. Os ativos e passivos monetários das companhias situadas no Brasil, denominados em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado do exercício nas rubricas de "receitas financeiras" e "despesas financeiras" e seus itens não monetários, mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira, são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações.

**2.3. Políticas contábeis:** a) **Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

b) **Instrumentos financeiros: Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados conforme abaixo: • **Ativos financeiros** mensurados ao custo amortizado, que correspondem aos ativos que o objetivo é mantê-los até o fim do fluxo de caixa contratual e ativos que contenham exclusivamente pagamento de

continua ...



... continuação

principal e juros sobre o saldo em aberto. • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, que correspondem a ativos cujo objetivo seja mantê-lo até o fim do recebimento dos fluxos contratuais ou pela venda do ativo, ou ativos que contenham pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto. • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, que correspondem a ativos que não atendem as condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. No reconhecimento inicial a Companhia irá avaliar, individualmente, cada ativo para classificação de acordo com as estratégias e modelos de negócio da Administração. **Desreconhecimento (baixa):** Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando: • A instituição não tiver expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele. • A instituição transfere o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou reter os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se a instituição transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo. **a.1) Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia e suas controladas avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda") e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é reconhecido quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos, exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo. Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. **Instrumentos financeiros – apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Valor justo dos instrumentos financeiros:** O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo dos instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado, referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo dos instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na nota explicativa nº 11.3. **c) Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. **d) Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão. Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes na venda ou baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. **e) Investimentos e base de consolidação: e.1) Investimentos em empresas controladas:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de entidades (incluindo entidades estruturadas) controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: • tem poder sobre a investida; • está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferir poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo: • a dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto; • direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes; • direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras. Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades do Grupo são eliminadas integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas. Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia as informações contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **e.2) Mudanças nas participações do Grupo em controladas existentes:** Nas demonstrações contábeis, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas, são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações do Grupo e de não controladoras, são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações, pagas ou recebidas, é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia. Quando o Grupo perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda é reconhecido na demonstração do resultado e é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver. Todos os valores reconhecidos anteriormente em "Outros resultados abrangentes" relacionados a controlada, são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelas IFRSs aplicáveis). **e.3) Investimentos em coligadas e joint ventures:** Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (joint venture). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas contábeis e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas. Uma joint venture é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto sobre o acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Os resultados e os ativos e passivos de coligadas ou joint ventures são incorporados nestas demonstrações contábeis consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento, ou uma parcela dele, é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (equivalente ao CPC 31). De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada ou joint venture é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação do Grupo no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada ou joint venture. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou joint venture ultrapassa a participação do Grupo nessa coligada ou joint venture (que inclui quaisquer participações de longo prazo que, em sua essência, formam parte do investimento líquido do Grupo na coligada ou joint venture), o Grupo deixa de reconhecer sua participação em perdas adicionais. As perdas adicionais são reconhecidas somente na medida em que o Grupo incorreu em legais ou presumidas ou assumiu obrigações em nome da coligada ou joint venture. **e.4) Consórcios:** A Controladora e suas controladas participam de consórcios em diversos empreendimentos, e os consolidam na proporção dos respectivos percentuais de participação. **f) Tributação: f.1) Impostos de renda correntes:** A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada, individualmente, por cada entidade do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. **f.2) Impostos de renda diferidos:** O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido"), é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias

Construtora COESA S.A. – Em Recuperação Judicial

dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos, não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável, nem o lucro contábil. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados, considerando a apuração por entidade, apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **g) Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **h) Provisões:** A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **i) Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes:** A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo; a norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia e suas controladas adotam o prazo de 12 meses como ciclo operacional. **j) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **k) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos, são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **l) Reconhecimento da receita: l.1) Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção:** A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. O estágio de conclusão é avaliado pela referência física ou financeira dos trabalhos realizados. O critério a ser adotado depende dos termos de cada contrato e de todos os fatos e circunstâncias relacionadas. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. **m) Participação nos resultados:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa referentes à provisão de participação nos resultados do exercício. A administração utiliza como base de cálculo dessa provisão, o resultado associado a uma métrica de atingimento de metas e objetivos específicos, os quais são estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. **n) Ganhos e perdas atuariais do plano de assistência médica e outros custos de planos de benefícios a colaboradores:** A Companhia concede também determinados benefícios de extensão de assistência médica a colaboradores aposentados que tenham o direito ao benefício. Os custos associados às contribuições efetuadas pela Companhia e por suas controladas aos planos são reconhecidos, pelo regime de competência, como outros resultados abrangentes. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente. **o) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). **2.4. Novas normas, interpretações e alterações já adotadas no período corrente: Definição de um negócio (Alteração a IFRS3):** As alterações a IFRS 3 são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020. A Empresa deve aplicar a definição revisada de um negócio para as aquisições que ocorreram em ou após 1º de janeiro de 2020 para determinar se deveriam ser contabilizadas de acordo com a IFRS 3. Não é permitido reavaliar aquisições ocorridas antes da data de vigência da referida revisão. A aplicação desta norma não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **Impactos da COVID-19 nas concessões de aluguel (Alterações a IFRS 16):** A partir de 1º de junho de 2020, a IFRS 16 foi alterada para fornecer um expediente prático para os locatários que contabilizam as concessões de aluguel recebidas como consequência direta da pandemia do COVID-19 e satisfazem todas as seguintes condições: • a alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração; • qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (por exemplo, um benefício concedido em um arrendamento cumpria esta condição se resultasse em pagamentos de arrendamento reduzidos em ou antes de 30 de junho de 2021 e em pagamentos de arrendamento aumentados que se estendessem após 30 de junho de 2021); • não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento. As concessões de aluguel que satisficam esses critérios podem ser contabilizadas de acordo com o expediente prático, o que significa que o locatário não avalia se a concessão de aluguel atende à definição de uma modificação de locação. A aplicação desta norma não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **2.5. Novas normas que ainda não estão em vigor: Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37):** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma. **Outras normas:** Para as seguintes normas ou alterações, a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Alteração na norma IAS 16 Imobilizado – Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022; • Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022; • Alteração na norma IFRS 3 – Inclui alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual das IFRS. As alterações à IFRS 3 são efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022; • Alteração na norma IFRS 17 – Inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros. Alteração à IFRS 17 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Alteração à IAS 1 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IFRS 4 – Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Alteração à IFRS 4 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e • Alteração nas normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (Reforma da Taxa de Juros de Referência – IBOR "fase 2") – As alterações são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, e esclarecem aspectos referentes à definição da taxa de juros de referência para aplicação nessas normas. A aplicação desta interpretação não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativa sobre a Companhia e suas controladas. **3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas – 3.1. Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis consolidadas, de acordo com as normas IFRS's e os CPC's, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que elas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas quanto às premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste relevante dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, provisões, custo orçado dos empreendimentos e contratos de construção, garantias e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. **3.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: a) Julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de

receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas, poderia levar a resultados que requeram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **b) Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: **b.1) Reconhecimento de receita e margem dos contratos de construção e provisões para contratos:** O resultado estimado dos contratos é revisado mensalmente durante a execução dos contratos, e representa a melhor estimativa dos benefícios econômicos futuros do contrato, bem como os riscos e obrigações a ele associados. Quando a revisão do resultado estimado dos contratos indica que os custos totais do contrato excedam à receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como uma despesa no resultado do exercício. **b.2) Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **b.3) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço. **4. Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos	6.814	408	8.036	2.122
Certificados de depósito bancário – CDB	350	14.535	350	14.535
Aplicações financeiras	–	–	72	72
Demais aplicações financeiras	–	–	9	11
<b>Total</b>	<b>7.164</b>	<b>14.943</b>	<b>8.467</b>	<b>16.740</b>

As aplicações financeiras são basicamente, operações vinculadas e CDB's remunerados por taxas que variam entre 75,00% a 108,00% do CDI. Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa, têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Prestação de serviços de construção</b>				
Governos (a)	232.249	201.272	1.198.748	648.189
Privados	16.899	16.897	221.504	232.013
Partes relacionadas (Nota 7.2)	100.860	100.069	97.110	96.524
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (b)	(225.012)	(225.010)	(677.701)	(823.336)
<b>Total</b>	<b>124.996</b>	<b>93.228</b>	<b>839.661</b>	<b>153.390</b>
Circulante	56.907	19.005	784.489	94.672
Não circulante	68.089	74.223	55.172	58.718
<b>Total</b>	<b>124.996</b>	<b>93.228</b>	<b>839.661</b>	<b>153.390</b>

Em 31 de dezembro de 2022, tem-se um saldo consolidado de contas a receber de clientes no ativo não circulante, provenientes de direitos a receber no Brasil e Exterior, dos governos Federal, Estadual e Municipal. Tais créditos se referem, substancialmente, a serviços prestados, medidos, aprovados e também cujas faturas emitidas estão em aberto, para as quais estão sendo tomadas medidas administrativas e judiciais de cobrança. Considerando as características e natureza destes créditos, a Administração da Companhia não espera incorrer em perdas adicionais. **(b)** A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise da situação financeira de cada cliente e, em caso de processos judiciais de cobrança, em pareceres da respectiva assessoria jurídica e é determinada suficiente pela administração para a cobertura de eventuais riscos de crédito.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Aging list do contas a receber</b>				
A vencer	56.117	18.903	122.522	48.627
Títulos vencidos até 30 dias	–	–	1.680	1.022
Títulos vencidos de 31 a 60 dias	–	–	669	231
Títulos vencidos de 61 a 90 dias	–	–	1.078	960
Títulos vencidos de 91 a 180 dias	–	35	1.689	510
Títulos vencidos de 181 a 360 dias	790	68	517.636	6.245
Títulos vencidos há mais de 360 dias	293.101	299.322	872.088	919.131
Subtotal	350.008	318.238	1.517.362	976.726
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(225.012)	(225.010)	(677.701)	(823.336)
<b>Total</b>	<b>124.996</b>	<b>93.228</b>	<b>839.661</b>	<b>153.390</b>

Movimentação da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	(225.012)	(231.825)	(823.336)	(948.415)
Adições	–	–	(14.988)	–
Reversão de provisão para perda	–	6.815	112.524	140.066
Variação cambial	–	–	48.068	(14.987)
<b>Saldo final</b>	<b>(225.012)</b>	<b>(225.010)</b>	<b>(677.701)</b>	<b>(823.336)</b>

5.1. Contratos de construção

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custos incorridos e lucros reconhecidos (líquido dos valores faturados)	46.294	15.328	129.522	65.201
<b>Quantia bruta devida pelo contratante</b>	<b>46.294</b>	<b>15.328</b>	<b>129.522</b>	<b>65.201</b>
(-) receita diferida	(104.999)	(116.650)	(235.835)	(339.094)
(-) retencões contratuais	(10.682)	(10.817)	(26.084)	(26.279)
(-) adiantamentos recebidos	(7.114)	(7.114)	(180.191)	(191.654)
<b>Quantia bruta devida ao contratante</b>	<b>(122.795)</b>	<b>(134.581)</b>	<b>(442.110)</b>	<b>(557.027)</b>
<b>Saldo líquido contratos de construção em curso</b>	<b>(76.501)</b>	<b>(119.253)</b>	<b>(312.588)</b>	<b>(491.826)</b>

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Materiais para aplicação	11.405	8.242	27.830	38.085
Importações em trânsito	1.456	1.456	4.007	4.727
Materiais para revenda	30.838	30.838	30.838	33.983
Outros	4.530	4.140	7.023	7.587
Subtotal	48.229	44.676	69.698	84.382
Impairment	(48.229)	(44.676)	(49.698)	(67.228)
<b>Total</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>20.000</b>	<b>17.154</b>

**7. Partes relacionadas** – A Companhia e suas controladas mantêm transações comerciais com companhias do grupo. As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, sejam administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas sob condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis. **7.1. Múltiplos ativos e passivos:** A seguir, estão demonstradas, pelo saldo líquido, as operações de conta corrente *intercompany* e compra e venda de ativos entre as entidades do grupo. Em 2022, a Companhia e determinadas empresas do Grupo COESA reorganizaram os saldos de conta corrente *intercompany*, através de instrumentos de cessão de crédito e de assunção de dívidas, visando a adequação de sua estrutura societária e de capital, de maneira a refletir, do ponto de vista jurídico, as eliminações contábeis dos saldos de conta corrente *intercompany* que já ocorriam no balanço consolidado da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Ativo</b>				
Construtora OAS – GE	6.107	6.107	–	–
Construtora OAS – Republica da Guineé	2.316	2.316	–	–
Construtora OAS – Ghana	19.402	19.402	–	–
Construtora OAS – T & T (a)	739.250	793.104	–	–
Construtora OAS – Uruguai (a)	285.269	285.269	–	–
OAS Cayman	–	–	52.793	56.041
Global Green Built Energy Holdings Lt	–	–	–	34.387
Metha S.A. (c)	–	–	3.667	–
COESA P&E	–	–	4.170.931	4.441.573
OAS Investments BVI	–	–	1.100.345	1.133.833
Outros	10.257	10.257	–	–
Rodotou	57.922	33.001	60.611	43.244
<b>Subtotal</b>	<b>1.120.523</b>	<b>1.149.456</b>	<b>5.388.347</b>	<b>5.709.078</b>
Provisão para perda de ativos	–	–	–	(41.689)
<b>Total</b>	<b>1.120.523</b>	<b>1.149.456</b>	<b>5.388.347</b>	<b>5.667.389</b>
Ativo circulante	–	–	22.500	30.000
Ativo não circulante	1.120.523	1.149.456	5.365.847	5.637.389
<b>Total</b>	<b>1.120.523</b>	<b>1.149.456</b>	<b>5.388.347</b>	<b>5.667</b>



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/09/2025



continuação

		Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Subtotal		242.632	523.156	265.575	546.099
(i) Compensação com o ativo		(242.632)	(242.399)	(258.682)	(253.634)
Total		-	280.757	6.893	292.465
Imposto de renda e contribuição social, diferidos ativos	309.632	-	-	319.924	-
Imposto de renda e contribuição social, diferidos passivos	-	280.757	6.893	292.465	292.465
Total	309.632	280.757	326.817	292.465	

Tendo em vista as incertezas relacionadas ao plano de recuperação judicial, conforme nota 1, a Companhia e suas controladas, conservadoramente, possuem em 31 de dezembro de 2022, provisão para não realização dos saldos de ativos fiscais diferidos no valor de R\$ 925.668 e R\$ 969.639, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 1.280.800 e R\$ 1.339.041, respectivamente.

**16. Patrimônio líquido – Capital Social:** O Capital Social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é de R\$ 1.233.895, e está representado por 1.233.895.316 de ações ordinárias de valor nominal R\$ 1,00, sendo 1.233.895.312 da COESA P&E. Em 16 de abril de 2021, conforme instrumento de compra e venda de ações, a Metha alienou as ações da Companhia para COESA P&E, correspondente a 100,00% do Capital Social integralizado. **Reserva de reavaliação e custo atribuído próprios e de controladas:** Representam a parcela não realizada da reavaliação de terrenos, obras civis, máquinas e equipamentos e veículos. A parcela realizada da reserva de reavaliação baseada na depreciação e alienação dos ativos reavaliados é transferida para prejuízos acumulados, juntamente com os respectivos impostos diferidos registrados pela Companhia. **Outras reservas:** Compreende, substancialmente, as diferenças cambiais de conversão das operações de controladas no exterior e os efeitos das obrigações de benefícios pós-emprego. **Dividendos:** O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de dividendos anuais mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. **17. Provisões para Contingências –** A Companhia possui autos de infração e processos de natureza tributária, civil e trabalhista. Esses autos de infração e processos estão sendo contestados nas esferas administrativa e judicial. A Administração da Companhia, baseada em interpretações dos seus assessores jurídicos responsáveis pela defesa das mencionadas atuações, entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face às perdas esperadas, conforme demonstrado a seguir:

**Risco de perda provável:**

		Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Processos tributários		323.404	323.405	394.341	418.604
Processos cíveis		16.949	10.949	19.754	13.754
Processos trabalhistas		47.330	47.329	48.294	48.294
Total não circulante		387.683	381.683	462.389	480.652

**Movimentação das provisões tributárias, cíveis e trabalhistas (Consolidado):**

		Saldo em 2021	Provisões	Paga-mentos	Varição cambial	Saldo em 2022
Processos tributários		418.604	(46.889)	-	22.626	394.341
Processos cíveis		13.754	6.000	-	-	19.754
Processos trabalhistas		48.294	1	-	(1)	48.294
Total		480.652	(40.888)	-	22.625	462.389

**Risco de perda possível:** A Companhia possui processos administrativos e judiciais que se referem às causas tributárias, cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 32.511.990 e R\$ 32.557.226, na Controladora e Consolidado, respectivamente em 31 de dezembro de 2022. Os assessores legais, com base em precedentes e decisões judiciais favoráveis, classificam as chances de perda como possíveis e, portanto, nenhuma provisão foi constituída por não se tratar de uma obrigação legal.

		Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Processos tributários		21.691	21.691	56.506	56.506
Processos cíveis		32.442.184	32.442.184	32.456.931	32.456.931
Processos trabalhistas		48.115	48.115	70.112	70.112
Total		32.511.990	32.511.990	32.583.549	32.583.549

**18. Receita líquida**

		Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita bruta:					
Mercado interno		210.389	58.972	284.758	202.941
Mercado externo		-	853	17.060	853
Total		210.389	59.825	301.818	203.794
Impostos incidentes sobre a receita		(11.523)	(5.903)	(15.782)	(12.708)
Receita líquida		198.866	53.922	286.036	191.086

**19. Demonstração do resultado por natureza e função**

		Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Gastos com pessoal		(49.207)	(38.490)	(82.238)	(83.540)
Serviços de terceiros		(52.113)	(29.609)	(73.679)	(77.713)
Gastos gerais		(22.678)	(82.640)	(29.190)	(134.528)
Aluguéis		(9.779)	(3.218)	(20.004)	(12.456)
Utilidades e serviços		(1.579)	(1.611)	(2.969)	(2.724)
Remuneração do pessoal-chave da administração		-	(946)	-	(1.090)
Participações de empregados		(282)	(139)	(282)	(200)
Materiais de consumo e aplicação		(50.532)	(14.575)	(63.993)	(37.659)
Custo de mercadoria vendida		(67)	(920)	(67)	(1.406)
Depreciação e amortização		(2.153)	(2.743)	(8.338)	(3.393)
Viagens e representações		(23)	(10)	(2.302)	(361)
Impostos e taxas		(1.100)	(7.643)	(11.602)	(206.109)
Baixa de contas a receber		-	-	-	-
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa		-	6.815	97.566	140.066
Provisão para contingências		(6.000)	226.802	(6.000)	226.673
Perda para redução ao valor recuperável "impairment"		9.593	2.643	502.484	36.932
Outros		(350.621)	(125.067)	(359.435)	(149.045)
Total		(536.541)	(71.351)	(60.049)	(306.553)
Custos dos serviços prestados		(167.619)	(64.502)	(254.251)	(235.570)
Despesas gerais e administrativas		(19.010)	(37.468)	(36.327)	(252.565)
Outras receitas (despesas), líquidas		(349.912)	30.619	230.529	181.582
Total		(536.541)	(71.351)	(60.049)	(306.553)

Construtora COESA S.A. – Em Recuperação Judicial

		Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Baixa de contas a receber		-	6.815	97.566	140.066
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa		(6.000)	226.802	(6.000)	226.673
Provisão para contingências		1.139	2.596	(79)	(538)
Resultado na venda de imobilizado e residual baixado		-	-	-	-
Perda em participação societária		-	-	-	-
Perda para redução ao valor recuperável "impairment"		9.593	2.643	502.484	36.932
Outros		(354.644)	(208.237)	(363.442)	(221.551)
Total		(349.912)	30.619	230.529	181.582

**21. Resultado Financeiro**

		Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras		-	-	-	-
Sobre recebidos ou auferidos:		-	-	-	-
Sobre aplicações financeiras		-	-	76.820	347
Sobre títulos a receber		-	-	(474)	-
Sobre empréstimos e financiamentos		-	-	-	-
Varição monetária/cambial ativa		248	9.759	140.196	101.810
Descontos obtidos		267	119	26.891	291
Ajuste a valor justo – Empréstimos e financiamentos		438.407	-	438.407	17.330
Ajuste a valor justo – Fornecedores		421.347	-	480.470	-
Ajuste a valor justo – Acordo global órgãos públicos		(171.574)	893.166	(212.570)	934.959
Subtotal		688.695	903.044	949.740	1.054.744
Despesas financeiras		-	-	-	-
Juros pagos ou provisionados:		-	-	-	-
Sobre operações financeiras		(181)	(6.174)	(882)	(9.261)
Sobre obrigações fiscais e sociais		-	-	(7.281)	(11.534)
Sobre empréstimos e financiamentos		(4.448)	(4.786)	(7.052)	(5.666)
Sobre debêntures		-	(3.225)	-	(3.225)
Varição monetária/cambial passiva		-	(31.276)	(83.844)	(235.113)
Comissões, despesas bancárias e fianças bancárias		(1.527)	(539)	(1.793)	(20.131)
Ajuste a valor justo – Empréstimos e financiamentos		(438.407)	-	(438.407)	-
Ajuste a valor justo – Fornecedores		-	(8.267)	(38)	(8.267)
Ajuste a valor justo – Acordo global órgãos públicos		(9.924)	(3.480)	(9.924)	(3.480)
Outros		(131.661)	(27.290)	(132.192)	(27.339)
Subtotal		(586.148)	(85.037)	(681.413)	(324.016)
Total		102.547	818.007	268.327	730.728

**22. Gestão de Risco –** As ações de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia pode estar exposta, de modo a definir limites e controles apropriados para o monitoramento desses riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. A tesouraria corporativa da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros, além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia, por meio de relatórios internos que analisam a exposição de acordo com grau e magnitude dos riscos. Esses riscos incluem os riscos de mercado, crédito, liquidez e taxa de juros de caixa. Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta na condução das suas atividades são: **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro, flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos. **Risco de taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos contratados com taxas variáveis. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras e a maior parte de seus empréstimos atrelados a taxas de juros flutuantes (majoritariamente vinculadas a variação do CDI), conforme disposto na Nota 11.2. As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos também estão vinculadas às variações da TJLP, IGPM e US\$. **Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros – Consolidado:** O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da resolução nº 1.198/09, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% ("Possível") e 50% ("Remoto") da variável do risco considerado.

Operação	Risco	Taxa	Valor moeda original	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Ativo:						
Aplicações financeiras	CDI	5,95%	350	371	376	381
Total				42.177	42.569	43.360
					592	1.183

**Efeito no patrimônio considerando os cenários:** Para determinar o valor estimado de mercado dos instrumentos financeiros, foram utilizadas as informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. As estimativas não indicam, necessariamente, que tais instrumentos não possam ser operados no mercado diferentemente das taxas utilizadas. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderão ter um efeito relevante no montante do valor estimado de mercado. A Companhia tem como prática não fixar expostas aos riscos de mercado, monitorando-os constantemente, operando apenas instrumentos que lhe permitam o controle e a mitigação de tais riscos. **Análise de sensibilidade de moeda estrangeira – Consolidado:** Os cenários possível e remoto consideram, respectivamente, uma valorização do real em 25% e 50% frente a outras moedas, com as taxas de câmbio em 31 de dezembro de 2021.

		Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Ativos:					
Contas a receber					
Construtora OAS S.A. – Sucursal Argentina	R\$/ARS	0,029600	106	3	4
Construtora OAS S.A. – Sucursal Bolívia	R\$/USD	5,217700	29.936	156.197	195.246
Construtora OAS S.A. – Sucursal Haiti	R\$/USD	5,217700	4.214	21.987	27.484
Construtora OAS S.A. – Sucursal Peru	R\$/PEN	1,378300	8.982	12.380	15.475
OAS African Ltd	R\$/USD	5,217700	14.795	77.196	96.495
Construtora OAS Guineé	R\$/UYU	0,130600	134.716	17.594	21.993
OGI Assets	R\$/USD	5,217700	14.667	76.528	91.660
Total			362.040	452.551	543.062
Passivos:					
Fornecedores					
Construtora OAS S.A. – Sucursal Argentina	R\$/ARS	0,029600	1.027	30	38
Construtora OAS S.A. – Sucursal Bolívia	R\$/USD	5,217700	6.809	35.527	44.409
Construtora OAS S.A. – Sucursal Chile	R\$/CLP	0,006100	140.668	858	1.073
Construtora OAS S.A. – Sucursal Colombia	R\$/COP	0,001100	167.269	184	230
Construtora OAS S.A. – Sucursal Costa Rica	R\$/CRC	0,008800	274.479	2.415	3.019
Construtora OAS S.A. – Sucursal Equador	R\$/USD	5,217700	178	929	1.161
Construtora OAS S.A. – Sucursal Haiti	R\$/USD	5,217700	264	1.377	1.721
Construtora OAS S.A. – Sucursal Honduras	R\$/LPS	0,212500	593	126	158
Construtora OAS S.A. – Sucursal Panama	R\$/USD	5,217700	8	42	53
Construtora OAS S.A. – Sucursal Peru	R\$/PEN	1,378300	101.181	139.458	174.323
Construtora OAS S.A. – Sucursal Rep. Dominicana	R\$/DOP	0,093300	772	72	90
Construtora OAS S.A. – Sucursal Trinidad e Tobago	R\$/T&T	0,771200	310.270	239.280	299.100
Construtora OAS S.A. – Sucursal Uruguai	R\$/UYU	0,130600	1.864.785	243.541	304.426
Construtora OAS S.A. – Sucursal Venezuela	R\$/VEN	0,000001	11.012.419	11	14
OAS LLC	R\$/CAT	1,433400	7	10	13
Construtora OAS S.A. – OAS South Africa	R\$/RAN	0,307700	19	6	8
Engineering GMBH	R\$/EUR	5,569400	909	5.063	6.329
Construtora OAS S.A. – Engineering GMBH	R\$/USD	5,217700	71	370	463
OAS African Ltd	R\$/USD	5,217700	43	224	280
Construtora OAS GE	R\$/UYU	0,130600	437.662	57.159	71.449
Construtora OAS Ghana	R\$/UYU	0,130600	29.729	3.883	4.854
Construtora OAS Guineé	R\$/UYU	0,130600	373.872	48.828	61.035
OAS Nacala Ltd	R\$/UYU	0,130600	396.694	51.808	64.760
OGI Assets	R\$/USD	5,217700	46.999	245.227	306.534
Central American Investing	R\$/USD	5,217700	5.783	30.174	37.718
Total			1.106.602	1.383.258	1.659.908
Empréstimos em moeda estrangeira			17.057	21.321	25.586
Efeito no patrimônio considerando os cenários				(190.409)	(380.813)

**Risco de crédito: Contas a receber:** O risco surge da possibilidade da Companhia e suas controladas vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. **Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras:** Instrumentos financeiros que potencialmente estejam a Companhia e suas controladas a risco de crédito consistem, primariamente, em caixa, bancos e aplicações financeiras. Essas operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez, minimizando assim os riscos. **Risco de liquidez:** Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas são fornecedores, empréstimos e financiamentos. Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021 estão apresentados nas Notas explicativas 11.2. As contas a pagar de fornecedores possuem vencimentos inferiores a um ano.

**23. Seguros (não auditado) –** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

**24. COVID-19 –** A Companhia tem acompanhado atentamente os impactos do COVID-19 nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro onde atua. Dada a pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde – OMS em 13 de março de 2020, até a presente data, não houve quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Companhia. Em atendimento ao ofício-Circular/CVM/SNC/nº 02/2020, quanto aos impactos advindos da pandemia COVID-19, a Administração da Companhia, tomou as seguintes atitudes: orientações aos colaboradores sobre ações de prevenção e exposição aos riscos, adoção de regime de trabalho remoto em atividades administrativas, suspensão de viagens corporativas e de reuniões presenciais, intensificação dos protocolos de limpeza dos escritórios e canteiros de obras, utilização de EPIs, além de atender rigorosamente a todas as medidas de acordo com as autoridades de saúde. As obras estão operando normalmente. Sendo assim, a Administração da Companhia continua monitorando a situação e entende que não há necessidade de reconhecimento de quaisquer perdas em suas demonstrações contábeis.

**25. Eventos subsequentes –** Não foram identificados eventos subsequentes até a data de emissão das demonstrações contábeis.

José Maria Magalhães de Azevedo – Diretor

Telmo Tonolli – Diretor

Fernando Silva Santos – CRC BA 023.425/0-0

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas**

valores a pagar de partes relacionadas nos montantes de R\$ 374.082 e R\$ 7.477.182, individual e consolidado, respectivamente, para os quais não existe uma composição adequada. Consequentemente, não conseguimos, por meio de exames facultativos, assegurar sobre a correta apresentação e mensuração dos respectivos saldos de ativo e passivo, bem como determinar seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado da Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 15 de outubro de 2021, a Companhia e outras empresas do Grupo COESA, em vista da situação financeira desfavorável que se encontrava, aliada a uma série de outros fatores, dentre os quais destacamos: (i) a forte retração do setor de construção civil e da economia e (ii) restrição a linhas de crédito; ajuizou, no Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, distribuído sob nº 1111746-12.2021.8.26.0100, em conjunto com a Companhia e outras companhias do Grupo COESA, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05 ("Lei de Recuperação Judicial"). A COESA P&E e suas controladas em recuperação avaliaram que, diante dos desafios decorrentes do agravamento da sua situação econômico-financeira, a Recuperação Judicial era a medida mais adequada para proteger o valor dos seus ativos, bem como para atender, de forma organizada e racional, aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades. Em 22 de outubro de 2021, o Juízo da 1ª Vara Empresarial de Recuperação Judicial e Falências do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo ("1ª Vara de Recuperação"), deferiu o processamento da recuperação judicial da Controladora, tendo sido nomeado como administrador judicial (art. 52, I, e art. 64 da Lei de Recuperação Judicial) Laspro Consultores Ltda. Esse fato compreende um importante marco dentro de um conjunto de ações implementadas pelo Grupo Econômico no processo de reestruturação do seu ambiente de controle e de negócios. Todavia, a continuidade operacional da Companhia e de suas controladas, dependerão do sucesso na implementação do plano de retomada, contratação de novos negócios e eventual geração futura de caixa para liquidação de seus passivos e manutenção das operações, que representam eventos futuros que nesse momento não há como prever. A Companhia apresenta Capital Circulante Líquido negativo nos montantes de R\$ 442.670 e R\$ 1.147.077, respectivamente, e passivo a descoberto de R\$ 3.976.075 e R\$ 3.942.287, respectivamente. Adicionalmente, algumas de suas investidas apresentam Capital Circulante Líquido negativo, passivo a descoberto e prejuízo do exercício, assim como necessidade de aporte de capital. Essas condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. **Outros assuntos – Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade

pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos suspeição profissional ao longo da auditoria. Além disso: ■ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude, é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ■ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. ■ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ■ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. ■ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. ■ Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. ■ Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 20 de abril de 2023.  
Senso Auditores Independentes  
CRC nº 2SP 0059.77/0-9 – CVM nº 7307  
Guilherme Rocha Castro Soares  
CRC nº 1SP 290.834/0-4

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira ao  
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/09/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

